

[Trabalho 2018 artigo completo]

**DA TEORIA À PRÁXIS: OS COLETIVOS ESPANHÓIS E A PRODUÇÃO  
COLETIVA NA ÓTICA ANARQUISTA**

**VALERIA DE MARCOS**

**DEPTO. DE GEOGRAFIA FFLCH USP  
SÃO PAULO - SP - BRASIL**

**demarcos.vale@usp.br**

**APRESENTAÇÃO ORAL**

**Espacialidades no mundo contemporâneo: desafios teóricos e empíricos**

**DA TEORIA À PRÁXIS: OS COLETIVOS ESPANHÓIS E A PRODUÇÃO  
COLETIVA NA ÓTICA ANARQUISTA**

**O ponto de partida**

É de longa data que uma parte da humanidade tem se empenhado na busca de formas de organização da produção capazes de possibilitar uma vida em bases mais equas e no respeito do ambiente. O mesmo momento histórico que gera uma forma de capitalismo aparentemente hegemônico gera, contraditoriamente, os germes da sua superação, através de grupos sociais e de intelectuais que buscam alternativas e procuram, o quanto possível, colocá-las em prática. É neste quadro que se inserem as discussões realizadas há mais de um século no interior do movimento anarquista, sobre a organização da sociedade em bases coletivistas e comunistas/comunitárias.

O que animou a discussão no interior do movimento anarquista foi a necessidade de apresentar propostas concretas que pudessem ser colocadas em prática imediatamente após a realização da revolução social. As raízes destas propostas podem ser encontradas na Revolução Francesa e nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade por ela apresentados e divulgados pelo mundo todo. A consciência da força da classe trabalhadora, assim como de sua capacidade de organização nos sindicatos, serviu de estímulo ao debate sobre as formas de organização possíveis da sociedade futura. A sede privilegiada desses debates foi a Associação Internacional dos Trabalhadores, sobretudo a Primeira Internacional, onde os socialistas discípulos de

MARX e os anarquistas discípulos de BAKUNIN apresentaram e defenderam as suas propostas para a sociedade revolucionária.

De acordo com os anarquistas a primeira tarefa da revolução deveria ser a realização da expropriação, de forma radical e integral, de todos os bens que pudessem permitir a quem quer que fosse de explorar o trabalho de outrem. Tal expropriação – que deveria realizar-se em todos os setores da economia para não permitir retrocessos – teria garantido *a todos* o livre acesso aos meios necessários a desenvolver as suas faculdades, de acordo com as suas possibilidades.

Superada esta fase, a sociedade seria organizada em comunas auto-geridas que teriam buscado, dentro dos limites impostos, alcançar a auto-suficiência através da diversificação da produção e de uma prática agrícola no respeito do ambiente, privilegiando as técnicas e os métodos de cultivo resultantes mais eficazes no decorrer do tempo, recuperando assim os saberes locais e considerando a terra como um patrimônio comum, do qual dispôr em benefício de cada um e de todos. KROPOTKIN aconselhava também a integração entre as atividades agrícola e industrial, e o estabelecimento do primado do mercado interno sobre o externo.

Todas estas propostas eram compartilhadas pelas duas correntes da escola **socialista**, a *coletivista* e a *comunista*. A polêmica existente referia-se à forma de acesso ao fruto do trabalho desenvolvido coletivamente, e é aqui que reside a diferença entre a produção coletiva e a produção comunitária, comumente utilizadas como sinônimos. Ponto de partida de ambas as correntes era a necessidade de se alcançar o verdadeiro objetivo da revolução social na ótica anarquista: o estabelecimento da completa liberdade e igualdade entre os homens, ou seja, igualdade não apenas política, mas também econômica e social. O caminho a ser trilhado para alcançar tal objetivo é que irá caracterizar estas duas formas de produção na agricultura.

De acordo com BAKUNIN, cujas idéias deram origem à escola *coletivista*, o objetivo da revolução na ótica anarquista seria alcançado “por meio da organização espontânea do trabalho e da propriedade coletiva das associações produtoras livremente organizadas e federadas nas comunas e por meio da federação, esta também espontânea, destas comunas” (BAKUNIN, 1977a:75)<sup>1</sup>.

O outro pilar das idéias anarquistas, base de sustentação da sociedade do devir e de todas as propostas de sua organização econômica e social, era a *justiça*, não aquela dos códigos, mas aquela baseada na consciência dos homens. A sociedade organizada sobre estas bases deveria fazer com que todos os homens pudessem ter

[...] os meios materiais e morais para desenvolver plenamente a sua própria *humanidade*; tal princípio se traduziria [...] da seguinte forma: *organizar a sociedade em tal modo que qualquer indivíduo, homem ou mulher, vindo à luz, encontre oportunidades iguais para o desenvolvimento das próprias faculdades e para a utilização das mesmas com o próprio trabalho*; organizar uma sociedade que, tornando impossível a quem quer que seja a exploração do trabalho de outrem, permita a cada um participar do resultado das riquezas sociais (na realidade produzidas somente através do trabalho), somente na proporção em que terá contribuído a produzi-las com o próprio trabalho (BAKUNIN, 1922:55/56).

Estas eram as bases da organização **coletiva** da produção, que mais tarde se traduziram no moto «*de cada um, de acordo com as suas possibilidades e a cada um, de acordo com o seu trabalho*». Foi com base nestas idéias que ocorreu a experiência dos *coletivos* durante a Guerra Civil Espanhola onde, uma vez realizada a expropriação, foi estabelecida a propriedade comum das terras e dos instrumentos de produção e foram criados os coletivos com base na estrutura das comunas auto-geridas propostas por BAKUNIN e KROPOTKIN. É esta experiência que passo a analisar<sup>2</sup>.

### **A Estrutura Agrária e a Agricultura Espanhola**

Segundo Peirats, a Espanha tinha sido por muito tempo um país eminentemente agrícola. O uso intensivo do solo, a prática agrícola extensiva, a seca e as erosões, sobretudo no altiplano central, tinham reduzido muito a fertilidade natural do solo. O regime de propriedade, as guerras e o abandono da agricultura contribuíam à desertificação e a acelerar o processo de empobrecimento do solo. Para diminuir o impacto destas adversidades e reduzir o dano sentido individualmente existia, entre os camponeses espanhóis, uma tradição de exploração coletiva do solo que, porém, foi sendo gradualmente perdida em seguida devido a invasões e dominações estrangeiras e à formação dos latifúndios.

O início da reconquista não alterou estruturalmente as coisas: os nobres, o clero e os militares reservaram para si grandes extensões de terras que permaneceram desertas. Para estimular o repovoamento de alguns territórios foram concedidos aos trabalhadores alguns privilégios e garantias políticas expressas nas “cartas de povoamento”, que previam a fundação de novas aldeias e vilarejos ou o repovoamento daqueles anteriormente abandonados. Neste processo tiveram grande importância os municípios – os *foros* – que não tardaram a conquistar o direito de representação nas *Cortes*, ao lado da nobreza e do clero. Mas a unidade política e legislativa, concretizada nas formações do Estado Nacional, marcou a retomada dos privilégios anteriores e a decadência destas instituições. O resultado foi que mais uma vez as terras foram

deixadas sem produzir. Era comum que o latifundiário, que vivia de renda em Madrid, deixasse sua propriedade sob a responsabilidade de um administrador e agente político que, amparado pelas autoridades locais, recrutava trabalhadores e reideiros para trabalhar nas terras, garantindo assim um número seguro de votos para si ou para o proprietário<sup>3</sup>.

O problema fundamental da Espanha era, pois, como afirma Brenan, a questão agrária e a sua relação com a indústria. Apesar do predomínio da agricultura e da pecuária, o valor da maior parte das terras era baixo, devido à baixa fertilidade natural do solo e à falta de precipitações que tornavam difíceis a prática agrícola. Um outro problema era a estrutura fundiária espanhola, caracterizada de um lado pelas pequenas propriedades do centro e norte e, de outro, pelos latifúndios do sul, explorados de modo capitalista com salários mantidos no limite da sobrevivência ou ainda oferecidos em arrendamento a preços muito elevados. Assim, com uma estrutura fundiária marcada, de um lado, por propriedades camponesas de dimensões reduzidas e, de outro, por latifúndios pouco explorados e pouco mecanizados, a Espanha se via forçada a importar a maior parte dos alimentos necessários para abastecer o seu mercado interno.

Nos séculos XVII e XVIII, o aumento da população ocasionou o aumento dos valores fundiários. As suas terras passaram a ser subdivididas e sublocadas a valores mais elevados, dando origem a uma nova classe de especuladores fundiários e, subordinada a esta, uma nova categoria de reideiros, os *subforados*. A Igreja e os nobres tentaram resolver o problema introduzindo uma validade para os contratos de arrendamento, mas os *foreros* opuseram resistência a este processo. A longa disputa entre as partes, que durou mais de um século, acabou com a vitória destes últimos. Quando, mais tarde, as terras da Igreja foram colocadas à venda, foram os *foreiros* a adquirir a maior parte, tornando-se assim *foristas*. Tal fato teve uma repercussão direta na economia local: a excessiva subdivisão das terras impedia o alcance da máxima produtividade. As propriedades, não raro, bastavam apenas para o sustento da família. Cada um vivia da própria produção e o único modo de conseguir um pouco de dinheiro era trabalhar na colheita do trigo em outras regiões. Em algumas regiões, como nas Astúrias, nas Províncias Bascas, na Castilha e na Catalonha a situação era um pouco melhor – as propriedades eram maiores, os arrendamentos mais baratos, os solos mais férteis – mas no geral a agricultura não era muito produtiva.

No final do século XVII imensas zonas tinham sido transformadas em desertos ocupados por animais, em especial ovelhas, e numerosos vilarejos e pequenas cidades tinham desaparecido. Segundo Brenan, tal crise tinha vários motivos, entre eles o

aumento do comércio externo de lã – sobretudo com a introdução da ovelha africana merino – que tinha superado aquele da seda e “roubado” as terras anteriormente cultivadas com alimentos. Castilha saiu na frente e transformou seus campos em pastos, enquanto suas fábricas passaram a dedicar-se à tessitura da lã, dando fim a uma economia local complexa, baseada no equilíbrio entre uma agricultura e uma indústria altamente desenvolvidas.

Nos anos sucessivos o rebanho ovino continuou avançando sobre as terras agrícolas, levando a escassa população à beira da fome. Foram realizados muitos projetos para tentar resolver o problema, mas o Estado não possuía nem os recursos econômicos nem a autoridade necessária para torná-los operantes. Somente em 1766 é que o governo de Carlo III decidiu dar um novo impulso à agricultura, enfrentando o problema da inalienabilidade dos *mayorazgos* – latifúndios decorrentes do sistema de *morgadio* – e das terras arrendadas de propriedade das prefeituras<sup>4</sup>.

Em 1771 foi elaborado o famoso *Expediente consultivo* [...]. O documento recomendava em particular os seguintes pontos: conceder aos rendeiros garantias adequadas (valores de arrendamento fixos, proibição de sublocação e despejo); obrigar os grandes proprietários a arrendar as terras incultas; subdividir entre os vizinhos mais pobres os bens de próprio em parcelas inalienáveis; criar nas proximidades dos vilarejos lotes especiais de terrenos produtivos. Teve-se que esperar o advento da República em 1931 para que todas estas medidas [...] tivessem força de lei (Brenan, 1970, p. 108/109).

## **Rumo à Guerra Civil**

Como já foi dito, o capitalismo espanhol teve, durante muito tempo, um caráter fundamentalmente agrário. O contínuo aumento dos investimentos fundiários e a união entre a burguesia urbana e a oligarquia rural acabou enfraquecendo as forças interessadas nas reformas. Além disso, o pouco poder da burguesia como classe revolucionária intensificou-se no período entre 1868 e 1873, culminando no caos da Primeira República. A última década do século XIX foi um período de depressão econômica que aumentou ainda mais o sofrimento dos trabalhadores, sobretudo do campo, aproximando-os ao movimento anarquista. Nos últimos anos antes da primeira guerra mundial, a crise foi sentida pela burguesia e, em seguida, pelo proletariado e pelos militares, dando origem a uma aliança entre eles com o objetivo de acabar com a corrupção do *caciquismo* na política espanhola. Mas as coisas não aconteceram como esperado e a crise de 1917 acabou consolidando a oligarquia fundiária no poder.

Em setembro de 1923 ocorreu um golpe de estado e a tomada do poder por parte do general Primo de Rivera, apoiado pelo exército, industriais e pela elite agrária, que

colocou na clandestinidade o movimento anarquista e estreitou um pacto com a UGT – União Geral de Trabalhadores, ligada ao partido socialista – à qual concedeu o monopólio nas relações sindicais, dando início a uma série de obras públicas que modernizaram o capitalismo espanhol. Apesar disso, o general perdeu o consenso entre as classes que o apoiavam e acabou renunciando em 1930. Seu sucessor, Damasco Berenguer, não conseguiu levar ao poder uma monarquia constitucional e, nas eleições de 1931, os socialistas e republicanos conseguiram uma vitória maciça nas cidades, enquanto os monarquistas ganharam nas áreas rurais, onde o poder dos chefes locais havia permanecido inalterado. A nova República, porém, teve que fazer as contas com um sul em intermitente estado de guerra social, fato que reduzia muito as possibilidades de reformas pacíficas.

De acordo com Preston, o advento da Segunda República – que marcou a passagem do poder político às mãos da esquerda moderada – constituiu-se em uma ameaça para os setores privilegiados, ao mesmo tempo em que acordou enormes expectativas entre aqueles mais humildes. Os poderes sociais e econômicos, porém, restaram nas mãos da oligarquia. Para sobreviver, a República deveria aumentar os salários e diminuir o desemprego, mas a depressão econômica impedia tal ação.

O melhor exemplo da difícil situação em que a República se encontrava era a questão agrária. Os anarquistas pediam a desapropriação das terras e a criação dos coletivos agrícolas, mas os republicanos não estavam dispostos a aceitar tal reivindicação. Os quatro decretos do Ministro do Trabalho tinham gerado algumas melhorias na situação dos trabalhadores rurais, mas isto ainda estava muito distante das expectativas. Seguiram-se uma série de manifestações e greves que foram reprimidas pela polícia. A lei de reforma agrária, do final de 1932, mudou muito pouco a situação: ela previa que as propriedades superiores a 56 acres (cerca de 22,5 ha) fossem divididas, sem fazer nenhuma menção a favor dos pequenos proprietários do Norte. Os latifundiários, por sua vez, usaram uma série de subterfúgios para declarar a real dimensão de suas terras.

No início de agosto de 1932 a tentativa falida de golpe de estado realizada pelo exército e pela extrema direita, a *Sanjurjada*, se de um lado deu força e prestígio ao governo, por outro revelou a grande hostilidade destas duas classes em relação à República. Enquanto as greves e manifestações populares acabavam sempre em violência, desestabilizando o governo, a direita se organizava na CEDA – Confederação Espanhola de Direitas Autônomas – um embrião do fascismo na Espanha. A nova organização insistia em retomar os círculos agrários nos confrontos com a República, ao

mesmo tempo em que, ao enfatizar a autoridade, a pátria e a hierarquia, conquistava sempre mais simpatia da direita espanhola. Foi neste quadro que a Espanha foi às urnas em novembro de 1933: uma esquerda dividida contra uma direita compacta. Venceu esta última, ávida por desfazer as reformas do biênio anterior. Mas, na primeira tentativa do governo de retornar as coisas como antes, a raiva popular explodiu.

No final de 1933 o desemprego na Espanha atingia taxas de 12%, chegando a 20% no Sul. A vitória da direita foi comemorada com redução de salários, demissões, aumento do preço dos aluguéis e o completo desrespeito das leis trabalhistas. Tudo isto desencadeou a indignação e a revolta popular, marcando o início de um período de intensos conflitos e de dura repressão a todas as manifestações dos trabalhadores organizados pela esquerda. Ao mesmo tempo, uma crise sempre mais aguda no interior do governo traduzia-se numa mudança contínua de ministros e na ruptura com relação às posições mais ou menos radicais sustentadas pela classe dirigente.

As eleições sucessivas, realizadas em fevereiro de 1936, desta vez foram ganhas pela esquerda da Frente Popular. Mas a direita não aceitou pacificamente a derrota, e decidiu que era hora de destruir a República. Também o exército passou a agir contra a República. No campo, a elite agrária e os empresários eram sempre mais hostis aos trabalhadores que, por sua vez, queriam ser ressarcidos da violência sindical realizada no período anterior. Em meio a tudo, impotente, o governo da Frente Popular, em nada representativo da coalizão que o havia levado à vitória.

O conflito era cada vez mais presente entre trabalhadores e empresários, ativistas de direita e de esquerda. A situação de caos instaurada difundia a idéia, em todos os níveis, que o exército tivesse o direito de intervir na política para defender a ordem social e a integridade territorial da Espanha. O golpe de estado aconteceu no dia 17 de julho de 1936, mas os conspiradores não haviam previsto que a insurreição teria se transformado numa longa guerra civil.

De acordo com Preston, nas localidades onde era forte a componente operária e onde a Polícia Civil e as Tropas de Choque permaneceram fiéis ao governo, os militares foram derrotados. A morte de Sanjurjo, logo no início da guerra, teve repercussões sobre o curso da guerra e a carreira de Franco, que logo tornou-se o principal homem entre os golpistas. Os diversos grupos que concorriam entre si no interior da direita resolveram dar uma trégua e colaborar com o objetivo de criar um Estado corporativo autoritário, enfraquecer as organizações operárias e acabar com as instituições democráticas. Por outro lado, os republicanos tiveram que fazer as contas com uma série de problemas desconhecidos dos nacionalistas: a falta de unidade de intenções, as

rivalidades políticas, a não lealdade das forças armadas e os numerosos casos de traição, sabotagem, negligência e deserção que contribuía a desestabilizar a defesa da República. O vazio deixado pelas deserções militares foi logo preenchido pela formação espontânea de milicianos não treinados, mas restava ainda o problema da Polícia Civil e da Tropa de Choque.

O primeiro problema enfrentado pelos revolucionários foi o da distribuição dos gêneros alimentícios. Os alimentos eram arrecadados a partir dos atos de desapropriação, chamados *requisas*, os quais deram origem aos *Comitês de Abastos*, que concentravam em depósitos os produtos de comércios particulares. Foram eles a estabelecer as primeiras medidas de distribuição normal e de racionamento: os artigos mais valiosos, como o leite, a carne de frango e os ovos foram reservados aos hospitais e, para a sua distribuição, dava-se precedência às crianças, aos doentes, aos velhos e às mulheres grávidas. Os artigos racionados, mas não de primeira necessidade, eram distribuídos mediante a apresentação dos *bônus* com turno rotatório e, em alguns casos, mediante receita médica. Assim, antes da produção, organizou-se a distribuição.

No início colocou-se em prática um sistema de trocas livres com os produtores: os artigos industriais eram trocados por gêneros alimentícios levando em consideração somente as necessidades. O dinheiro não tinha mais nenhum valor e as *requisas* eram pagas com *bônus* que depois eram ressarcidos pelo Governo. Às requisições se seguiam as desapropriações dos edifícios e outros imóveis destinados aos sindicatos, aos comitês, aos vários organismos revolucionários ou ainda ao governo republicano. A coletivização dos centros de produção confiscados foi um ato espontâneo dos trabalhadores após uma greve geral. Eles constituíram comitês de empresas e, juntos com os técnicos especializados, encarregaram-se de garantir a produção e o funcionamento dos serviços na forma mais eficiente possível. Em algumas indústrias a coletivização alcançou todo o ciclo produtivo, da fonte das matérias-primas até o produto final, sendo estas indústrias reunidas chamadas de *industrias socializadas*. No caso das indústrias dependentes do mercado externo, para a compra de matérias-primas ou para a comercialização, a coletivização foi mais difícil devido aos obstáculos postos principalmente pelos capitalistas estrangeiros.

As empresas que por diversas razões não podiam ser coletivizadas eram colocadas sob a vigilância do *Control Obrero*. A vigilância consistia no controle estritamente administrativo da empresa. Os comitês de controle, instalados em cada fábrica e ligados ao pessoal administrativo, podiam conhecer o valor real dos produtos no mercado de venda. Informavam-se sobre as demandas e as ofertas, o preço das matérias-primas e das transações correspondentes [...] do valor das máquinas e da força de trabalho, controlavam o ativo e o passivo dos

balanços, vigiavam as [eventuais] fraudes fiscais e [...] sabotagens à revolução (Peirats, 1962, p. 38).

Nas cidades menores foram instituídos comitês locais da Frente Popular e de Saúde pública, verdadeiros governos em escala regional e provincial. Em Barcelona fecharam-se as casas de tolerância e os locais noturnos e os mendigos passaram a ficar sob a responsabilidade das organizações sindicais de assistência. Com exceção da Catedral, todas as demais igrejas foram queimadas. Os hotéis de luxo foram confiscados e as salas de jantar transformadas em refeitórios. Por todas as partes, escritas informavam que a empresa tinha sido “coletivizada pelo povo” ou que “pertencia à CNT” (Brouè e Términe, 1980, p. 165). Os operários se apossaram de todas as empresas e também dos serviços públicos ou privados, e cada um deles sentia-se dono do próprio emprego. Mas as diferenças de salários entre as diversas categorias, assim como aquelas entre homens e mulheres persistiram, apesar dos princípios anarquistas igualitários.

O decreto de coletivização da Generalitat tornava obrigatória a coletivização em três casos: 1) em caso de abandono da empresa por parte do patrão ou de uma sua implicação em um ‘complô faccioso’, constatado por um tribunal popular; 2) para cada empresa com mais de cem trabalhadores assalariados; 3) para aquelas empresas onde uma assembléia geral mista (patrões e operários) solicitasse a coletivização’ (Vilar, 1988, p. 95).

Em Madrid, ao contrário, as coisas aconteceram diversamente e tudo continuou como antes, ou muito parecido. O erro dos revolucionários foi acreditar que o controle dos meios de produção era a revolução. Mas o avanço da armada da África de Franco e do exército do Norte de Mola os fez entender a necessidade de uma coordenação militar e econômica. Os movimentos populares revolucionários, ao entenderem que apenas uma guerra revolucionária poderia derrotar Franco, constituíam-se em um obstáculo à tarefa prioritária de criar um exército forte para vencer a guerra. No fundo, esta também era a opinião das autoridades republicanas que exitaram em armar os operários temendo que pudesse ser desencadeada a revolução proletária.

Apesar das divergências internas, os desenvolvimentos revolucionários da guerra nos seus primeiros dias não podem ser desconsiderados. Ainda que a orientação geral da CNT era a de unir as forças para derrotar um inimigo comum, deixando a revolução libertária para o momento seguinte, sob a pressão da base as diversas sessões ignoraram essas diretivas e permitiram a tomada do poder revolucionária, tendo início um amplo processo de coletivização que envolveu a indústria, o comércio e também as pequenas núcleos artesanais (Preston, 2000, p. 185). Em julho de 1936 foram os camponeses a realizar a reforma agrária, restando ao governo apenas sancionar a ocupação. Em poucas semanas tinham sido desapropriados e em grande parte coletivizados 5.692.202 ha,

contra os 876.327 que a República havia distribuído nos cinco anos precedentes. Todavia, a ocupação das terras e das fábricas teve uma extensão diversa de acordo com os lugares.

Os coletivos eram muito diversos entre si seja nas modalidades institutivas, seja na condução. Nem todos eram controlados pela CNT. [...] Nem toda a terra desapropriada foi coletivizada e não na mesma medida em todas as regiões. [...] Em geral pode-se [...] afirmar que na zona republicana a coletivização foi mais intensa onde a CNT era mais forte (Preston, 2000, p. 186/187).

### **A Formação dos Coletivos Agrícolas**

De acordo com Brouè e Termine, a coletivização rural foi um dos argumentos mais controversos da história da guerra civil espanhola. Segundo os anarquistas, ela foi o resultado de um forte incentivo à associação voluntária, proporcionado pela propaganda e pelos exemplos coletivistas dos grupos anarquistas. Para os comunistas e republicanos, os coletivos tinham sido impostos com a força e o terror pelos anarquistas.

Sob a direção dos anarquistas, o movimento de coletivização reun[iu] mais de três quartos das terras, quase exclusivamente em comunidades filiadas à CNT: eram mais de 450 que agrupavam cerca de 430.000 camponeses. [...] Os pequenos proprietários po[diam] teoricamente continuar a existir, sob a condição de cultivar sozinhos as próprias terras e de não utilizar mão-de-obra assalariada. O rebanho necessário ao consumo familiar res[tava] propriedade individual. A Federação Camponesa [fez] grandes esforços para organizar fazendas modelos, viveiros, escolas técnicas e rurais. [...] O fato mais singular da experiência libertária de Aragona foi a aplicação sistemática dos princípios e das teorias anarquistas sobre o dinheiro e os salários. O salário [era] um salário familiar uniforme: 25 pesetas por semana para um produtor isolado, 35 para um casal com um só trabalhador, 4 pesetas a mais para cada filho sob a responsabilidade dos pais. Mas não [existia] dinheiro em circulação, mas sim bônus – os *vales* – que podiam ser trocados por produtos nos negócios dos coletivos. O sistema funcion[ava]. A experiência, porém, [era] pouco conclusiva, já que os coletivos, para abastecerem-se de mercadorias no resto da Espanha, [deviam], querendo ou não, utilizar o dinheiro teoricamente desaparecido (Brouè e Termine, 1980, p. 173).

Tinha sido decidida também a constituição de um fundo comum – na maior parte dos casos era composto pelo excedente da produção – em todos os coletivos, a ser usado para a troca de produtos com outras regiões ou coletivos, ou vendidos ao exterior. Segundo Dellacasa, os coletivos agrícolas eram mais de 1200 e englobavam mais de três milhões de camponeses. As principais regiões eram a Aragona, o Levante e a Nova Castilha, e um pouco menos numerosos, na Catalonia.

O processo de formação dos coletivos era, segundo o autor, igual em todos os lugares. Após ter-se destituído ou substituído as autoridades locais com os comitês

revolucionários, era convocada uma assembléia com todos os habitantes da área para decidir as linhas de ação a seguir. Um dos primeiros passos era realizar a colheita nos campos dos pequenos e dos grandes proprietários, e com este objetivo organizavam-se grupos para colher e armazenar o trigo destes últimos. O trigo era colocado sob o controle de um comitê local, para que pudesse ser usado por todos os habitantes seja para o próprio consumo, seja para trocá-lo por outros gêneros agrícolas ou produtos industrializados. Em seguida era necessário providenciar o cultivo das terras dos grandes proprietários, normalmente as mais extensas e férteis da região. Para decidir como fazê-lo convocava-se uma outra assembléia do vilarejo. A este ponto o coletivo estava constituído. O Comitê era o órgão regulador dos coletivos. Depois de ter sido providenciado o levantamento e a unificação das propriedades, passava-se a planejar as obras e a distribuir o trabalho entre os aderentes ao coletivo.

Era nomeado um delegado para a agricultura e para a pecuária, e diversos delegados para a distribuição, as trocas, os trabalhos públicos, a higiene, a educação e a defesa revolucionária. Então eram formados os grupos de trabalhadores. Estes grupos geralmente eram divididos pelo número de zonas em que tinha sido dividido o território municipal, de modo a incluir mais facilmente cada tipo de trabalho. Cada grupo de trabalhadores nomeava o seu delegado. Os delegados encontravam-se com os conselheiros da agricultura e da pecuária a cada dois dias, ou a cada semana, de modo a coordenar todas as diversas atividades (Dellacasa, 1973, p. 100).

O trabalho coletivo começou, pois, espontaneamente. Logo foi possível o alcance, na agricultura e na indústria, de uma otimização do trabalho impossível de obter-se individualmente. Esta era verificada na utilização de sementes selecionadas, de maquinários e técnicas de produção modernas que tinham como resultado o aumento da produção e da produtividade. Além disso, os camponeses que pertenciam aos coletivos tinham à disposição um pequeno pedaço de terras para uso familiar, onde podiam cultivar o que desejassem e como desejassem, sempre para o auto-consumo.

Os coletivos possuíam um Regulamento que estabelecia algumas regras relativas à sua administração; à organização e as funções do comitê; as obrigações dos membros aderentes ao coletivo<sup>5</sup>; à forma de criação do rebanho; ao armazenamento dos produtos comestíveis e da colheita agrícola; à criação de cooperativas de consumo; ao aumento da produção; ao consumo dos produtos por parte dos membros do coletivo; à determinação dos dias de festa; ao uso do dinheiro – na maioria dos casos não circulante no interior do coletivo -; à eleição dos delegados de cada ramo de trabalho; à idade mínima e máxima para o trabalho e à atividade a ser realizada; aos direitos que cabiam àqueles que decidissem sair ou transferir-se do coletivo; à forma de tomada de decisões

mais importantes relativas à sua condução e, enfim, à soberania e ao papel da Assembléia no interior do coletivo. Esta, vale salientar, tinha uma grande importância enquanto garantidora da manutenção da organização comunal e da realização das atividades no melhor dos modos.

Sempre de acordo com Dellacasa, com exceção das regiões especializadas na produção para a exportação, que não tinham a possibilidade de ceder os produtos locais em troca dos gêneros alimentícios dos quais necessitavam, as condições econômicas dos camponeses eram em geral melhoradas. Com relação ao consumo, foi aplicado o princípio anarquista *a cada um de acordo com as suas necessidades*

[...] em dois modos diversos: *sem dinheiro* em muitos vilarejos aragoneses, e com *moeda local* em outros, e na maioria dos «coletivos» instituídos em outras regiões. O salário familiar [era] pago com este dinheiro, e vari[ava] de acordo com o número de membros de cada família. [Eram] as necessidades, e não somente a produção considerada no sentido estritamente econômico, que regu[lava] a medida dos salários ou aquela da distribuição dos produtos onde os salários não exis[tiam] (Dellacasa, 1973, p. 102).

Nos coletivos que haviam escolhido a forma *sem dinheiro*, era criado um livro de consumo igual e válido em todos os coletivos. O salário e o valor dos produtos tinham sido substituídos por um sistema de “pontos”. Cada trabalhador individual e cada família tinha o seu livro de consumo, onde eram marcados os pontos aos quais tinham direito naquela semana, os pontos dos produtos adquiridos e os pontos restantes. Deste modo cada um tinha o controle dos seus próprios gastos. Em alguns casos tinha sido determinado um racionamento dos produtos de pouca produção, enquanto que aqueles mais abundantes permaneciam de livre acesso. Depois, para fugir da *obrigatoriedade* do consumo que este sistema comportava, decidiu-se por dar também àqueles produtos um valor em pontos e de dar aos trabalhadores um total máximo de pontos de produtos de pouca produção a ser consumido durante a semana. Deste modo, cada trabalhador ou cada família regulava o consumo destes produtos e decidia livremente como consumi-los, de acordo com os gostos pessoais.

A produção era armazenada no armazém do coletivo – normalmente a antiga igreja – e, em seguida, o Comitê providenciava a distribuição dos produtos. Primeiro realizava-se a distribuição entre os membros do coletivo, de acordo com as suas necessidades, e depois a troca dos produtos excedentes entre a Federação, sempre sem o uso do dinheiro (Peirats). Além disso, segundo o autor, cada coletivo enviava ao fronte os produtos dos quais podia dispor, fato que muitas vezes implicava em uma sobrecarga de trabalho para mulheres e idosos já que a maioria dos jovens e dos homens encontrava-se lutando no fronte.

Em fevereiro de 1937, foi realizado um congresso em Aragona, ocasião em que foi criada a Federação Regional dos Coletivos (FRC),

[...] aprovando um Regulamento segundo o qual a FRC devia defender os interesses dos coletivistas, propagandear as vantagens da coletivização baseada no apoio mútuo, promover o desenvolvimento técnico e a preparação técnica dos jovens, organizar as trocas, instituir um Caixa para garantir todas as eventualidades financeiras, elevar a cultura dos coletivistas. Os coletivos federados deviam fornecer à FRC estatísticas reais sobre a produção, consumo, força de trabalho, etc; criar uma moeda local, eliminando aquela nacional, contribuir ao Caixa da FRC, emprestar mão-de-obra excedente aos coletivos em que faltasse, etc (Dellacasa, 1973, p. 106).

Segundo Richards, uma outra tarefa da Federação foi aquela de procurar contrabalançar as adversidades naturais, fornecendo aos coletivos das zonas de solo pobre ou de baixa precipitação, as sementes, os animais e as máquinas necessárias para melhorar a produtividade do solo e a qualidade dos produtos cultivados. Leval (1983), a este propósito, recorda que, segundo uma determinação da Federação, cada coletivo devia criar seus projetos de desenvolvimento e melhoria da agricultura, deixando de lado uma parcela de terra a ser transformada em *estação agrícola experimental*, onde técnicos especializados realizariam pesquisas com o objetivo de melhorar a qualidade do rebanho e das variedades agrícolas cultivadas. A Federação Regional responsabilizava-se também pela distribuição dos produtos entre os coletivos. Além disso, ela deveria facilitar a transferência de camponeses de uma zona de excesso de força de trabalho a uma outra onde havia mais necessidade, além de colocar em uso comum os instrumentos de trabalho entre os coletivos.

Com relação aos camponeses que haviam decidido não aderir aos coletivos, Dellacasa informa que cada coletivo havia adotado uma conta-corrente especial e entregue bônus de consumo, de modo a garantir-lhes os produtos industriais ou os gêneros agrícolas de que tivessem necessidade. Nas zonas onde a propriedade individual havia prevalecido, formaram-se cooperativas de produção às quais os pequenos proprietários se associavam, mas via de regra a distribuição permanecia nas mãos de particulares. Vale salientar que aqueles que decidiam não pertencer a um coletivo podiam manter como propriedade individual apenas as terras que fossem capazes de cultivar com o uso da força de trabalho familiar, não sendo permitida a contratação de trabalhadores rurais. As propriedades dos fascistas e aquelas trabalhadas pelos rendeiros, porém, foram todas entregues ao usufruto dos sindicatos e dos coletivos.

### **Os Ensinamentos da Guerra Civil Espanhola: sucessos e falências da coletivização**

Ao destacar os ensinamentos da guerra civil espanhola, Leval chama a atenção para alguns aspectos que valem a pena ser destacados: o caráter jurídico novo dos coletivos; a solidariedade existente entre os coletivos, estimulada/legitimada pela FRC; a constituição dos grupos de trabalho; as assembléias gerais com ampla participação e amplo poder de decisão; a otimização das indústrias, a melhoria no sistema de ensino; o aumento do número de coletivos; o reconhecimento do direito da mulher, ainda que não iguais aos dos homens; o aumento da policultura e da prática do reflorestamento; a maior seleção e multiplicação das espécies animais.

Apesar dos sucessos obtidos, os coletivos tiveram que enfrentar uma série de dificuldades. A mais importante foi a falta de fundos para que pudessem ser realizados investimentos em melhorias para a produção como a aquisição de maquinários agrícolas, sementes, etc, já que o governo de Madri negava toda solicitação de crédito apresentada.

Os coletivos foram ainda deixados em total autonomia e independência, fato que teve efeitos desastrosos sobre a agricultura: sem coordenação e sem investimento, eles acabaram por escolher as culturas agrícolas com base na disponibilidade de recursos, o que normalmente não correspondia às necessidades do mercado. Além destas dificuldades, os integrantes dos coletivos deviam enfrentar dificuldades internas: nem todos os camponeses eram anarquistas e menos ainda convictos da eficácia da coletivização. Ao contrário, muitos entraram a fazer parte dos coletivos por medo das represálias e não esperavam outra coisa que o fim da guerra com a vitória dos nacionalistas, para que tudo pudesse retornar como antes. Isto era um outro fator importante: a insegurança sobre os destinos da guerra e o medo que os coletivos fossem destruídos de um momento para outro impedia a realização de melhorias mais significativas, sempre que estas fossem possíveis. Os golpes finais foram dados pelo governo que os destituiu. Com o fim da guerra e a vitória dos nacionalistas, terminou também a experiência dos coletivos espanhóis.

## **Bibliografia**

BAKUNIN, M. A. *Opere complete*. Vol. I – La polemica con Mazzini. Scritti e Materiali. (a cura di A. M. BONANNO). Catania: Edizioni della Rivista «Anarchismo», 1976a. 314 p.

\_\_\_\_\_. *Opere complete*. Vol. II – La Prima Internazionale in Italia e il conflitto con Marx. Scritti e Materiali. (a cura di A. M. BONANNO). Catania: Edizioni della Rivista «Anarchismo», 1976b. 375 p.

- \_\_\_\_\_. *Opere complete*. Vol. III – La questione germano-slava. Il comunismo di Stato. 1872. (a cura di A. M. BONANNO).Catania: Edizioni della Rivista «Anarchismo», 1977a. 444 p.
- \_\_\_\_\_. *Opere complete*. Vol. IV – Stato e Anarchia. Dove andare cosa fare. 1873. (a cura di A. M. BONANNO).Catania: Edizioni della Rivista «Anarchismo», 1977b. 273 p.
- \_\_\_\_\_. *Opere complete*. Vol. VI – Relazioni slave 1870-1875. (a cura di A. M. BONANNO).Catania: Edizioni della Rivista «Anarchismo», 1985. 368 p.
- BRENAN, G. *Storia della Spagna 1874-1936: le origini sociali e politiche della guerra civile*. Intr. G. ROVIDA. Torino: Giulio Einaudi editore, 1970. 357 p.
- BROUÉ, P. e TÉMIME, É. *La rivoluzione e la guerra di Spagna*. Trad. G. F. VENÉ. Torino: Oscar Mondadori, 1980. 684 p.
- DELLACASA, G. *Rivoluzione e fronte popolare in Spagna '36/'39*. Milano: Jaca Book, 1973. 192 p.
- KROPOTKIN, P. A. *Parole di un ribelle*. 2a. ed. Pref. Luigi FABBRI. Intr. e note di Elisée RECLUS Milano: Casa Editrice Sociale, 1921. 317 p.
- \_\_\_\_\_. *La conquista del pane*. Pref. Eliseo RÉCLUS, Trad. Giuseppe CIANCABILLA. Bologna: Libreria Internazionale d'Avanguardia, 1948. 173 p.
- \_\_\_\_\_. *Campi, fabbriche, officine*. Ed. ridotta e aggiornata a cura di Colin Ward. Milano: Antistato, 1975. 237 p.
- \_\_\_\_\_. *Il mutuo appoggio*. Intr. Gian Paolo PRANDSTRALLER, Trad. Camillo BERNERI. Roma, Salerno Editrice, 1982. 344 p.
- LEVAL, G. *Né Franco né Stalin: le collettività anarchiche spagnole nella lotta contro Franco e la reazione staliniana*. Milano: Iei (Istituto Editoriale Italiano), 1952. 320p.
- \_\_\_\_\_. *Espagne libertaire, 36-39: l'oeuvre constructive de la révolution espagnole*. Paris: Éditions du Monde libertaire, 1983. 402 p.
- MARCOS, V. de. **Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade**. Dissertação de Mestrado. Orientador: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Depto. de Geografia, FFLCH USP. São Paulo, outubro de 1996. 400 p.
- \_\_\_\_\_. **Alternative per la produzione agricola contadina nell'ottica dello sviluppo locale autosostenibile**. Dottorato di Ricerca in Geografia e Pianificazione del Paesaggio per la Valorizzazione del Patrimonio Storico-Ambientale. Tutor: QUAINI, Massimo. Dipartimento POLIS, Facoltà di Architettura dell'Università degli Studi di Genova, XVI Ciclo, Apr. 2004. 626 p.
- \_\_\_\_\_. A construção do território camponês entre velhas e novas utopias. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X.; 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo: USP, 2005. p. 8523 a 8542. CD-ROM. Localizável em “Consultar Trabalhos → Marcos, Valeria de”
- PEIRATS, J. *Breve storia del sindacalismo libertario spagnolo*. Genova: Edizioni RL, 1962. 223 p.
- PRESTON, P. *La guerra civile spagnola 1936-1939*. Milano: Mondadori, 2000. 266 p.
- RANZATO, G. Le collettivizzazioni anarchiche in Catalogna durante la guerra civile spagnola, 1936-1939. In: “**Quaderni Storici**”, n. 19, gennaio/aprile 1972. p. 317-338. Urbino: Argalia.

RICHARDS, V. (a cura di) *Errico Malatesta: vita e idee*. Catania: Edizioni Collane Porro, 1968. 362 p.

---

<sup>1</sup> Todas as traduções presentes neste artigo são de minha autoria.

<sup>2</sup> Não irei tratar da escola comunista aqui. Para saber desta escola, ver MARCOS (1996, 2004, 2005).

<sup>3</sup> Esta prática era conhecida como caciquismo

<sup>4</sup> “As prefeituras possuíam na Espanha dois tipos de terras: os *bens de próprio*, destinados ao arrendamento, cuja receita era usada para pagar as despesas da municipalidade; e as *tierras comunes* ou *concejiles*, terras de uso público abertas a todos os habitantes do vilarejo e raramente arrendadas. [...] Mas a lei de 1 de maio de 1855 impôs a venda destas últimas e a soma obtida (depois das deduções realizadas pelos caciques e funcionários locais) destinada ao erário do Estado, sofrendo depois uma grande desvalorização” (Brenan, 1970, p. 108, nota 2). Tradução da autora.

<sup>5</sup> Os membros tinham a obrigação de entregar ao coletivo todos os seus bens, móveis e imóveis. A esta entrega era fornecido um recibo.